

Trajetória política e jurídica de Rui Barbosa*

Rejane M. Moreira de A. Magalhães

EM NOME DA FCRB QUERO AGRADECER AOS srs. membros da maçonaria a idéia desta homenagem ao nosso patrono nas comemorações do seu sesquicentenário. As palavras de Rui no discurso na Biblioteca Nacional, durante seu Jubileu Cívico no ano de 1918, são as que melhor expressam a maneira como ele gostaria de ser lembrado. Disse Rui:

de bustos e estátuas não sou lá grande entusiasta. Um homem em metal ou pedra me parece duas vezes morto... Bem-aventurados os que a si mesmo se estatuariam em atos memoráveis, sem deixarem os seus retratos à posteridade, esquecida ou desdenhada, vivem a sua vida póstuma desinteressadamente pelos benefícios que lhe herdaram.

Creio que a melhor maneira de prestar-lhe uma homenagem é conhecer e estudar sua vida e sua obra, evocar suas idéias, seus princípios, as lições de ética e de moral, seus atos como jornalista, jurista, homem público e diplomata. Advogado paradigma das grandes causas,

* Palestra proferida no Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro, Palácio do Lavradio à convite da Loja Maçônica Cayru, nas comemorações do sesquicentenário de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 29.10.1999.

símbolo de patriota íntegro e destemido, enfrentou e desafiou graves situações em defesa do direito e da justiça e sobretudo da causa da liberdade.

Rui havia concluído o curso de humanidades na Bahia, e, em 1866, simples calouro da Faculdade de Direito do Recife, participou de associação acadêmica abolicionista, fundada por Castro Alves, Augusto Alves Guimarães, Plínio de Lima e outros. Nesse período, era um estudante cujo temperamento tímido e reservado buscava se refugiar nos livros de corpo e alma. A política não o atraía: o Partido Liberal estava no poder e era fácil apoiar a situação. Mas no 2º ano do curso dois acontecimentos fazem-no adoecer: a morte de Maria Adélia, sua mãe, e a aprovação medíocre na prova de Direito Natural. Seu pai João José, acabrunhado, o aconselhou a se transferir para a Faculdade de Direito de São Paulo e o recomendou a Joaquim Saldanha Marinho então Presidente da Província de São Paulo. Este e João José tinham se tornado amigos, identificados pelos mesmos princípios liberais e tendências radicais, quando cumpriam mandatos como deputados.

Saldanha Marinho foi Grão Mestre do Grande Oriente dos Beneditinos e uma das autoridades maçônicas de maior relevo no Brasil. Teve grande atuação na Câmara do Império e sua atividade se caracterizou por atitude anticlerical, líder que era da campanha contra o ultramontanismo. Expansivo e generoso, Saldanha o hospedou em palácio até encaminhá-lo a uma república de estudantes. Este seu apoio e consideração marcaram o jovem Rui pelo resto da vida.

Em São Paulo operou-se uma transformação completa no comportamento e na personalidade de Rui: tornou-se acadêmico militante, sociável, integrante de grêmios e sociedades abertas ou secretas freqüentadas por seus colegas. Aí aflorou sua paixão pela liberdade, a coragem e atração pela luta e pelo perigo. A Faculdade de São Paulo tinha uma feição prática: não somente ministrava ciência, e a vida acadêmica era a formação para a vida política.

Falando sobre sua vida estudantil em São Paulo, Rui assim se expressou:

Quando aqui vim freqüentar o 3º ano do meu curso, a minha natureza, já então sensível às influências da sua vocação liberal, teve a impressão de outros ares, desses em que se respira instintivamente a peito cheio, com a sensação de se estar reoxigenando o sangue, e cobrando vida a largos tragos. Nesse triênio de 1868 a 1870, em que inteirei aqui os meus estudos, encetados no Recife, o mundo acadêmico e o mundo político se penetravam mutuamente.

O estudo aqui nunca foi livresco, egoístico, indiferente à vida social. Nunca o direito se regulou aqui em textos estéreis e mortos. O seu tirocínio escolar, nesta cidade, sempre se animou ardentemente do espírito de luta, de civismo, de reação liberal.

Em março, Rui, Castro Alves, que também se transferira para São Paulo, e outros alunos novos foram recebidos como sócios efetivos do Ateneu Paulistano, agremiação literária de incentivo à arte e dedicada à política, sob a presidência de Joaquim Nabuco. No Ateneu, Rui fez rápidos progressos: integrou a comissão de literatura e tornou-se 2º orador e, quando Joaquim Nabuco transferiu-se para a Faculdade do Recife, ele ocupou a presidência. Na imprensa estreou no jornal político e literário, *A Independência*, fundado por Joaquim Nabuco; colaborou n' *O Ipiranga*, de Salvador de Mendonça; na *Imprensa Acadêmica*, dirigido por Rodrigues Alves e Afonso Pena e no *Radical Paulistano*, dirigido por Luís Gama, juntamente com Américo de Campos, jornalista, e Bernardino Pamplona de Meneses, estudante. Luís Gama, seu conterrâneo, amigo fora do mundo acadêmico, foi grande figura no mundo maçônico, no foro e nas letras, além de fervoroso abolicionista. O *Radical Paulistano* tinha um programa de amplas reformas, tais como federação, ensino livre, eleição direta, abolição, idéias liberais radicais.

Apesar da intensa atividade literária e da política acadêmica, Rui não se descuidava do estudo com afinco, das anotações, aprofundando-se nos assuntos prediletos. Com a queda do Gabinete liberal e conseqüentemente a dissolução da Câmara, o deputado liberal José Bonifácio de Andrada e Silva, o moço, retornou a São Paulo e foi recebido entusiasticamente. Professor emérito, expositor brilhante e profundo, havia protestado contra a Coroa em defesa da verdade constitucional e da regeneração política. O ambiente

da faculdade agitou-se e, no banquete oferecido pelos alunos a seu mestre, Rui, com 18 anos, fez seu primeiro discurso político.

No dia 7 de julho de 1869 regularizou-se a Loja América, loja maçônica de prestígio, fundada em 9 de novembro de 1868, pelos beneméritos cidadãos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, professor de Direito e Salvador Furtado de Mendonça Drumond, advogado, aos quais se juntaram Américo de Campos, Luis Gama e Américo Brasiliense, político de idéias liberais e Bernardino Pamplona. Pela correspondência dos colegas, no arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, percebe-se que a figura que cuidava da coordenação política dos estudantes era Bernardino Pamplona, fiel amigo, com um alto espírito de cooperação e solidariedade, homem de ação, de elevados ideais políticos. O templo dos pedreiros livres era ambiente propício à germinação das idéias liberais e muitos acadêmicos dele fizeram parte. Iniciado por Bernardino Pamplona, Rui não demorou a se eleger orador da Loja, e, no dia 04 de abril de 1870, apresentou um projeto de libertação do ventre das escravas pertencentes aos maçons, estabelecendo como condição prévia para a admissão dos iniciados a aplicação desse compromisso. Assim Rui, como representante da Loja América, precedeu em 1 ano a Lei da Ventre Livre! Tal proposta provocou uma crise: o professor Antonio Carlos não concordou com a proposta e, sendo derrotado, renunciou à dignidade maçônica. Da Bahia, João José, inquieto, advertia o filho: "Não te quero hipócrita, não quero-te sem o sentimento do teu século, não te quero inimigo das liberdades modernas; mas quero-te prudente".

Num ofício de 21 de março de 1870, no Arquivo da FCRB, Antônio José R. de Oliveira, em nome da Loja América, louva a brilhante exposição de Rui em defesa dos princípios democráticos, por ele ter pronunciado as conferências naquela Loja, nas noites de 17, 18 e 19 de março daquele ano. Além desse documento, há no mesmo Arquivo, mais 2 ofícios da mesma Loja: de 25 de maio de 1888, de Artur Gomes de Oliveira, felicitando Rui pela promulgação da lei de 13 de maio para a qual ele tanto concorrera, e outro de 12 de fevereiro de 1890, assinado por Américo de Campos, e dirigida a Rui Ministro da Fazenda, manifestando grande contentamento pela maneira correta como dirigia os negócios e o bem-estar do país; há ainda um telegrama de 16 de novembro de 1921, assinado por Silva

Pinto, em nome da Loja América, manifestando sincero júbilo pela eleição de Rui para juiz da Corte Internacional de Justiça. Mas, apesar dessas referências, o próprio Rui afirmou que sua passagem pela Maçonaria foi fugaz, cessada pela sua formatura em 29 de outubro de 1870.

Aqui peço licença para fazer umas observações ao artigo do Sr. Kurt Prober, Rui Barbosa, no Catálogo Filatélico de 1984. Ele afirmou que: Rui não tinha índole de maçom; não teve sobretudo vontade de trabalhar sem proveito próprio; com 20 anos incompletos, tivera iniciação irregular na maçonaria; Rui achou que poderia converter a Loja América em sua tribuna pessoal; e perdeu todo o entusiasmo pela Maçonaria, que lhe deveria servir de trampolim na vida, ao verificar que o seu projeto não seria aprovado.

Respondo com as palavras do próprio Rui:

...deixando São Paulo, deixei até hoje a maçonaria, de que fiquei membro avulso e simples aprendiz. Faltavam-me algumas das qualidades essenciais ao maçom: o culto das solenidades, a confiança no prestígio do sigilo, o respeito das hierarquias suntuosas. A minha índole me atraía para a grande publicidade: o foro, o jornalismo, o parlamento.

Dizer que Rui não teve vontade de trabalhar sem proveito é desconhecer-lhe a sua vida e sua obra. No Arquivo da FCRB há inúmeros pareceres com a inscrição de grátis, que atestam o seu alheamento com o lado financeiro da profissão, mas provam a sua generosidade e o seu desprendimento, o seu interesse pelo aspecto moral e técnico. Na defesa de um dos seus mais famosos Habeas Corpus, ele disse:

Das vítimas dos decretos de 10 e 12 de abril não trago procuratura. O meu mandato nasce da minha consciência impessoal de cidadão. (Disc. 23.04.1892.)

Noutro Habeas Corpus esclareceu:

Patrono da lei e não da parte, é por isso que me não tendes o direito de perguntar pela outorga dos interessados; é por isso que não me importa saber se são amigos, ou desafetos; é por isso que, se o meu esforço aproveitar os inimigos, então maior será o contentamento da minha consciência. (Disc. 26.03.1898.)

Sobre a iniciação na maçonaria, volto a responder com as palavras de Rui:

Da pragmática tradicional éramos tão pouco escrupulosos que, contra as regras constitucionais da ordem, se não lembraram de me conferir o grau de mestre, para me elevarem a orador da Loja.

Sobre a alegação de Rui ter convertido a Loja em tribuna pessoal, isso de fato não aconteceu; ao confirmar a autoria do projeto, ele consagrou a idéia como sendo de todos os irmãos maçons e assim esclareceu:

...àquele grupo de estudantes e liberais, acidentalmente congregados sob o rito maçônico, toca a honra da precedência na idéia, que, dois anos depois, o ato de 28 de setembro (lei do ventre livre), veio a converter em lei do país. Desta primazia devem de se achar ainda vestígios nos cartórios de São Paulo, onde se firmavam pelos aspirantes a iniciação naquele clube de ardentes reformadores as escrituras gerais de liberdade, ingênita para os nascituros do ventre escravo.

Rui não perdeu o interesse pela maçonaria, nem a usou como trampolim, e como ele mesmo disse na citação acima transcrita, o projeto foi aprovado.

Para fechar a questão, uso as palavras de Rui:

Essa Loja maçônica (Loja América) tem uma história brilhante: é a iniciadora das escolas noturnas neste país; pobre, uma das mais pobres, fundou, contudo, uma biblioteca popular, escolas para a mocidade de ambos os sexos e para adultos; pode ensoberbecer-se de ser uma laboriosa precursora da emancipação do elemento servil; das que conheço, enfim, é a que mais úteis cometimentos tem empreendido. Tive a honra de servir entre esses bons amigos da humanidade. Deles me despedi com

melancolia, neles ainda cismo com doçura. Não consinta Deus que eu perpetre a cobardia ingrata de os renegar. (Vol. 7 - 1880 - t. 1, p. 124 e discurso de 17 de dezembro de 1909.)

Estou certa, porém, que a maçonaria continuou a influir no espírito de Rui. Mesmo tendo declarado que ao deixar São Paulo se desligara da Loja América, ele ainda conservou muitos dos ideais maçônicos.

Depois de formado, voltou a Salvador doente e deprimido. Em São Paulo e no Rio crescia o movimento republicano. No dia 3 de dezembro de 1870 foi publicado o Manifesto Republicano, assinado em 1º lugar por Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Bernardino Pamplona, Campos Sales e outros. Este manifesto reunia tudo o que havia sido debatido nas lojas maçônicas e nos grêmios acadêmicos e sintetizava as idéias defendidas pelos estudantes liberais: abolição, federação e república. É o que esclareceu Bernardino Pamplona na carta de 5 de dezembro a Rui, encaminhando e pedindo-lhe a divulgação do jornal República, onde estava publicado o manifesto.

Em Salvador, convivendo com o pai e com amigos liberais e monarquistas, Rui iniciou sua vida forense e passou a escrever para o Diário da Bahia artigos defendendo a eleição direta, a abolição e a liberdade religiosa.

Em 1874 morreu João José. Para Rui, sagrado era o exemplo e tudo o que vinha de seu pai, como sagradas eram as dívidas que ele deixara. Substituiu o nome de João José pelo seu nome nas promissórias e sucedeu-lhe no cargo de Secretário da Santa Casa de Misericórdia.

Dois anos depois, conheceu Maria Augusta, se apaixonou e logo ficaram noivos. Maria Augusta era uma mulher prática, que lhe passava segurança, o ajudava a decidir e a tomar resoluções objetivas. Percebeu desde logo que o melhor para a carreira de Rui seria tentar a vida na Corte. No Rio, Rui buscou os amigos de seu pai. Hospedou-se na casa do primo Albino Barbosa de Oliveira, Ministro de Supremo Tribunal de Justiça do Império, e, com as cartas de recomendação do Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, foi trabalhar no escritório do Visconde de Sousa Carvalho. Rui procurou Saldanha Marinho, que depois do

Manifesto de 1870, colaborava para o jornal Diário do Rio de Janeiro. Sob sua liderança, vários daqueles companheiros da Loja América compunham o grupo dos ultramontanos. No meio deles, Rui foi recebido como "irmão" e passou a integrar a turma dos adversários do Papa. A maçonaria iniciou uma série de conferências sobre a liberdade religiosa e a Rui coube a tarefa de iniciar o ciclo das mesmas.

No dia 21 de julho de 1876, no Grande Oriente Unido do Brasil, Rui pronunciou a conferência "Situação da Questão Religiosa" ou "A Igreja e o Estado", na qual combateu o ultramontanismo, defendendo a Igreja livre no Estado livre. Numa carta à noiva Maria Augusta, ele descreveu aquele momento com as seguintes palavras:

A conferência seria de 1 hora; e eu falei duas, no meio de um auditório imenso... sem que a atenção afrouxasse um momento, sem que houvesse um murmúrio desaprovador... O auditório ria, chorava, delirava, indignava-se, batia palmas acompanhando servilmente todas as emoções interiores de minha alma, profundamente apaixonada naquela ocasião pelas idéias que eu pregava. (Cartas à Noiva, 22.07.1876.)

Convencido de que a separação da Igreja do Estado era uma necessidade, avidamente entregou-se à leitura de autores como Filbert Eugenie Michaud, Tondini, Felix-Antoine Dupanloup, Wilhelm Ketteler e Ignaz von Döllinger. Cada dia mais se aproximava dos maçons. Já casado e morando no Rio, no dia 6 de abril de 1877, numa manifestação no Grande Oriente em homenagem ao Conselheiro Dantas, que havia defendido os maçons na Questão Religiosa, Rui foi escolhido para saudar Saldanha Marinho. Este respondeu-lhe, chamando-o de "o jovem mais esforçado, propugnador das conquistas da civilização e do progresso" e o convidou a traduzir O Papa e o Concílio, de Janus, pseudônimo de Döllinger, um livro que se constituía um libelo infame para a Igreja. Em pouco tempo a tradução ficou pronta, mas Rui incorporou ao trabalho uma introdução maior do que a parte traduzida.

Na introdução, o assunto principal era a infalibilidade do Papa decretada pelo Syllabus de Pio IX, que Rui procurou contestar, evocando inúmeros episódios históricos, valendo-se de várias citações, de farta bibliografia. Assim declarou:

Toda a religião associada ao governo das cousas da terra é uma religião morta; o espírito não vive mais nela... O progresso e a liberdade não são incompatíveis com a religião, antes se completam, sendo reciprocamente indispensáveis... Em toda parte, até hoje, tem sido o sentimento religioso a inspiração, a substância, ou o cimento das instituições livres, onde quer que elas duram, enraízam-se, e florescem.

A audácia custou-lhe caro; foi acusado de herege e adversário da Igreja, porém tudo suportou em nome da liberdade.

Em fevereiro de 1879, Saldanha Marinho apresentou 2 projetos na Câmara do Império: um instituindo o casamento civil e outro estabelecendo a secularização dos cemitérios. Na justificativa dos projetos, Rui, deputado geral e um dos seus mais ardorosos seguidores, o aplaudiu e corroborou suas afirmações.

Com a assunção do Conselheiro Dantas à pasta da Justiça, Rui foi encarregado do projeto de reforma eleitoral, que ficou conhecido como Lei da Eleição Direta ou Lei do Censo, primeira tentativa de democratização do voto.

Quando o governo decretou a reforma do ensino primário e secundário da Corte e o superior em todo o Império, Rui, relator da Comissão de Instrução Pública na Câmara de Deputados, defendeu as idéias sobre educação herdadas de seu pai, que muito combinavam com seus ideais políticos, e produziu 2 extensos pareceres.

Pregou, como idéia central da reforma, a liberdade de ensino, a alfabetização das massas, o ensino nas universidades. Além disso, traçou um plano de reformas tal, que revelou um estudo amplo das instituições educativas mais adiantadas. Adotou o lema: Educação é preparação para vida completa e vida completa exige educação integral.

Queria a educação do corpo e do espírito e especificou as modalidades: educação artística, educação moral e cívica, educação econômica, educação para a saúde, para o trabalho e para o lar.

Com esses pareceres, ganhou o título de Conselheiro e se antecipou ao seu tempo, tornando-se o precursor da educação física, do ensino musical, do desenho e dos trabalhos manuais, básicos para o ensino industrial.

Rui acreditava no aperfeiçoamento social e político por meio de um longo processo educativo e categórico, quando declarou:

A nosso ver, a chave misteriosa das desgraças que nos afligem, é esta e só esta; a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria.

Com a ascensão do Conselheiro Dantas à chefia do gabinete, a emancipação dos escravos converteu-se no ponto central do seu programa de governo.

Líder do gabinete na Câmara, tornou-se o principal colaborador na elaboração e defesa do projeto de libertação dos escravos sexagenários, que tinha como ponto crucial a emancipação sem pagamento de qualquer indenização aos senhores, com a negação do pretenso e absurdo direito de propriedade do senhor sobre o escravo.

Derrotado nas eleições, passou a defender o federalismo; redator-chefe do Diário de Notícias, iniciou a campanha que ficou conhecida como Queda do Império.

Convertido num republicano de última hora, como ele mesmo afirmou, com a República, participou como Ministro da Fazenda da organização das instituições nascentes, imprimindo-lhes estrutura nacional e jurídica. Acreditava que

As instituições planejam-se para a humanidade com as suas contingências e as suas fraquezas, contando especialmente com elas, e tendo particularmente em mira as violências, as mancomunicações, as corruptelas, que possam ameaçá-las ou explorá-las. (Vol. 19 - 1892 - t. 3, p. 133.)

A República não é uma série de fórmulas, mas um conjunto de instituições, cuja realidade se afirma pela sua sinceridade no respeito às leis e na obediência à Justiça.

Redigido por Rui foi o Decreto nº 1, que adotou para o governo da república o regime federativo, com o nome de Estados Unidos do Brasil. As províncias, transformadas em estados, foram investidas do poder de organizar seus próprios governos, numa união perpétua e indissolúvel. Pregando o fortalecimento do poder central, combateu os excessos do separatismo.

Justificou:

Os Estados são órgãos; a União é o agregado orgânico. Os órgãos não podem viver fora do organismo assim como o organismo não existe sem os órgãos. (Vol. 17 - 1890 - t. 1, p. 161.)

De Rui também foi o decreto 119-A, que estabeleceu a separação entre a Igreja e o Estado e consagrou a liberdade de cultos.

Decisiva foi a contribuição de Rui na elaboração da 1ª Constituição da República de 24 de fevereiro de 1891. Sob a presidência de Saldanha Marinho e de outros maçons, como Américo Brasiliense, Francisco Rangel Pestana, Antônio Luís dos Santos Werneck e José Antônio de Magalhães de Castro, a comissão de juristas apresentou o projeto resultante dos trabalhos, que foi submetido ao Governo Provisório. Reunidos, os ministros reviram o projeto, cuja forma definitiva foi dada por Rui. A sua intervenção foi sobretudo no item que estabeleceu o controle da constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público pelo Judiciário. Rui deu realce ao papel do Supremo Tribunal Federal, quando ingressou com o 1º Habeas-Corpus da República, em defesa das vítimas dos atos inconstitucionais do Marechal Floriano Peixoto. Cuidou que o Supremo Tribunal Federal viesse a desempenhar suas novas funções, isto é, desse a última palavra sobre a constitucionalidade dos atos do Congresso e do Executivo, se convertesse em guardião da Constituição e fortaleza dos

direitos e garantias individuais. No capítulo da Declaração de Direitos, Rui, não somente introduziu o Habeas Corpus, como também firmou a idéia fundamental de sua nova concepção.

Onde quer que haja um direito individual violado, há de haver um recurso judicial para a debelação da injustiça: este o princípio fundamental de todas as constituições livres. (Vol. 19 - 1892 - t. 3, p. 42.)

Da necessidade de tornar o orçamento uma instituição inviolável e soberana em sua missão de prover as contas públicas, introduziu o Tribunal de Contas no sistema brasileiro e justificou sua criação, na Exposição de Motivos que precedeu o Decreto.

Como Presidente da Comissão especial da revisão do Código Civil no Senado, deu sua contribuição, ao redigir o parecer sobre a redação feita pelo seu professor Ernesto Carneiro Ribeiro. Criticou a linguagem e propôs emendas a quase todos os artigos, estabelecendo-se uma das maiores polêmicas de gramática e estilo - a Réplica.

Mas, foi na 2ª Conferência Internacional da Paz em Haia que sua carreira atingiu um dos momentos culminantes. Designado embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário e delegado do Brasil firmou intransigentemente o princípio da igualdade jurídica das nações. Fortes ou fracos, ricos ou pobres, grandes ou pequenas, sustentou, com o mais vivo sentimento patriótico, a tese da soberania e da igualdade das nações.

Nas comemorações do centenário da república Argentina, em 1916, Rui representou o Brasil, como embaixador extraordinário e plenipotenciário. Naquela oportunidade, pronunciou a conferência O Dever dos Neutros, protestando contra a neutralidade inerte dos países impassíveis diante das atrocidades da guerra.

Afirmou não ser um socialista, mas reconheceu que, entre as reivindicações das classes operárias muitas havia equitativas, irrecusáveis, necessárias à boa organização da sociedade. Declarou-se um democrata social e aplaudiu no socialismo o que ele tem de são, de benévolo, de confraternal, de pacificador.

Na sua conferência A Questão Social e Política no Brasil, apresentou uma série de medidas e cuidou de aspectos até hoje atuais, em favor do proletariado. Tomando por empréstimo a Monteiro Lobato a figura do Jeca Tatu, preguiçosa e apática, iniciou a conferência perguntando: Quem somos nós? Para logo responder:

O Brasil não é essa nacionalidade fria, deliçescente, cadaverizada... Não são os comensais do Tesouro. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais... São as células vivas da vida nacional.

Rui definiu seu curriculum vitae: "estremeceu a pátria, viveu no trabalho e não perdeu o ideal". Sobre a pátria disse:

A pátria é a família amplificada. E a família, divinamente constituída tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício.

Sobre o trabalho, Rui considerava ser o grande removedor dos obstáculos. Pregou que a missão do trabalho seria a reação sobre as desigualdades nativas pela educação, atividade e perseverança.

E como ele definia o ideal?

O ideal não se define: enxerga-se por clareiras que dão para o infinito: o amor abnegado; a fé cristã; o sacrifício pelos interesses superiores da humanidade; a compreensão da vida no plano divino da virtude; tudo o que alheia o homem da própria individualidade, e o eleva, o multiplica, o agiganta, por uma contemplação pura, uma resolução heróica, ou uma aspiração sublime. O ideal é o espírito, órgão da vida eterna.

O ideal de Rui foi o predomínio da lei e a fortificação das instituições livres. O ideal a que ele se consagrou foi o da implantação da justiça, da verdade e do trabalho no seio do povo, ideal que coincide com os princípios da maçonaria.